

## **O PAPEL DO GESTOR COMO ARTICULADOR DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COLABORATIVO - UM ESTUDO DE CASO**

Elizete Varussa Seneda; Sueli Iwasawa; Orientador: Prof. Dr. Eládio Sebastian Heredero

Universidade de Araraquara (UNIARA). E-mail: [elizetevarussa@gmail.com](mailto:elizetevarussa@gmail.com); [su\\_su2005@hotmail.com](mailto:su_su2005@hotmail.com)

**Resumo:** Partindo do pressuposto de que o gestor escolar se configura como o profissional responsável pelo processo de articulação entre as ações que perpassam o desenvolvimento do fazer pedagógico na escola com foco na relação ensino e aprendizagem, a fim de incluir mediante participação efetiva, no processo de construção do conhecimento, todos os atores sociais pertencentes ao universo escolar: alunos, comunidade familiar, professores e funcionários. Este estudo, em andamento, tem por objetivo evidenciar o papel do gestor como líder e promotor das práticas pedagógicas inclusivas capazes de possibilitar que todos, independente de sua condição econômica, social e cultural, realizem o processo de escolarização de forma eficiente, mediante prática do trabalho colaborativo. O estudo se justifica por possibilitar compreender as diversas ações que envolvem a prática da gestão escolar, de forma a garantir a articulação entre todos os aspectos que constituem o processo de construção do conhecimento de maneira a considerar todos os alunos como um ser de direito. É perceptível, no que tange a educação, que em se tratando de inclusão, não sofremos por falta de lei. O que a realidade mostra é que precisamos fazer cumprir os preceitos da lei, no sentido de fazer valer o que está posto na letra da lei, na perspectiva do direito. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso que será realizado com uma abordagem qualitativa com base na discussão sobre a produção científica e bibliografia pertinente à temática em questão, os instrumentos serão entrevistas e questionários. Espera-se que este estudo possa contribuir com o aprimoramento do gestor no sentido de tornar a escola em um espaço inclusivo por excelência.

**Palavras-chave:** Gestão escolar, inclusão, práticas pedagógicas, trabalho colaborativo.

### Introdução

No século XXI, muito se fala em aliar a educação à formação para a cidadania. José Murilo de Carvalho (2000), na sua obra "Cidadania, um longo caminho" menciona que o cidadão é a pessoa detentora dos direitos civis, políticos e sociais. Ou seja, políticos, mediante a participação do cidadão no governo da sociedade a que pertence; direitos civis que referem-se aos direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e a igualdade perante a lei e os direitos sociais, que são os que garantem a participação na riqueza coletiva, ou seja: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e a aposentadoria.

Legalmente, embora a lei seja clara em garantir a educação para todos, sabemos que na prática algumas pessoas continuam a ser excluídas. Conforme garantido no próprio artigo da Constituição de 1988, podemos observar que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Da mesma forma, na legislação estão garantidos alguns preceitos para esse direito da Educação, como:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1988).

É perceptível, no que tange a educação, que em se tratando de inclusão, não sofremos por falta de lei. O que a realidade mostra é que precisamos fazer cumprir os preceitos da lei, no sentido de fazer valer o que está posto na letra da lei, na perspectiva do direito.

Na contemporaneidade vivemos um novo momento na educação, cujo desafio consiste em atender todos os alunos com qualidade e equidade (SEBASTIAN-HEREDERO, 2016) de oportunidades de forma a considerar a diversidade. A experiência pessoal e profissional tem mostrado que realizar mudanças na perspectiva da inclusão é algo muito difícil, porém essencial para a garantia dos direitos do cidadão no que se refere aos direitos sociais.

Diante do exposto, na condição de gestora, comecei a questionar qual o papel do gestor como articulador da prática pedagógica no contexto de uma Escola Inclusiva na perspectiva do trabalho colaborativo.

Após uma reflexão quanto minha razão de ser e estar gestora e educadora, percebo que são inúmeras as possibilidades advindas do estudo e da pesquisa sobre Educação Inclusiva. Diante das demandas atuais do mundo moderno, perpassadas por inúmeras mudanças e transformações, se faz necessário a construção de uma escola inclusiva para atender as demandas advindas das diversidades, pois somos todos diferentes, mas iguais como seres humanos. Pensar a escola numa perspectiva de sucesso, significa considerar a necessidade dos muitos discentes que não conseguem se enquadrar no modelo de homogeneidade.

Assim este estudo tem por objetivos:

Geral

Identificar as características do gestor como articulador da prática pedagógica no contexto de uma escola inclusiva na perspectiva do trabalho Colaborativo.

Específicos:

Analisar as tramas que envolvem a gestão escolar, no que diz respeito à articulação entre gestão, administração, aspectos pedagógicos;

Identificar as diferentes respostas à inclusão demandadas diante da realidade escolar da escola *locus* da pesquisa;

Verificar as práticas desenvolvidas de trabalho colaborativo como um instrumento capaz de auxiliar o gestor na articulação da prática pedagógica no contexto de uma escola inclusiva.

### Metodologia

A opção por um caminho metodológico que busque a coerência científica associada à necessidade em compreender os elementos que constituem a percepção quanto ao papel do gestor como articulador da prática pedagógica no contexto de uma escola inclusiva na perspectiva do trabalho colaborativo, se dá na perspectiva de analisar compreensivamente se os gestores conseguem articular as dimensões da gestão, com a administração e os aspectos pedagógicos, na perspectiva de desenvolver uma prática inclusiva de educação. E para isso vou utilizar o método de estudo de caso como estudo de um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto que dispara a necessidade de uma tomada de decisão. Este processo se resolve por meio da análise e discussão das informações expostas e promove o raciocínio crítico e argumentativo.

Para conseguir respostas coerentes ao propósito da investigação, elejo a metodologia qualitativa de cunho interpretativa possibilitando, dessa forma, uma interpretação dos dados coletados. A metodologia qualitativa enfatiza o componente subjetivo do comportamento das pessoas. Bogdan (1994), afirma que o pesquisador, ao utilizar a abordagem qualitativa, faz uso de um conjunto de asserções que diferem das que são utilizadas quando se estuda o comportamento humano com o objetivo de descobrir fatos e causas.

Neste sentido, respaldo minha intenção por esta metodologia de pesquisa corroborando como a definição de Bogdan e Biklen (1994, p. 16) definem a pesquisa qualitativa como:

[...] um termo genérico que agrupa estratégias de investigação que partilham de determinadas características. Os dados recolhidos são [...] ricos em pormenores descritos relativos a pessoas, locais e conversas e de complexo tratamento estatístico.

Minha preocupação como pesquisadora estará centrada na trajetória de todo levantamento dos dados, com análises documentais, observações de campo, entrevistas, além de questionários, na medida do necessário, primando pelo significado da construção das percepções dos sujeitos e não somente com os resultados e o produto final. Tal fundamentação encontra resultados nas características básicas

propostas por Bogdan e Biklen (1994), para pesquisa com uma abordagem qualitativa: os dados são coletados em seu ambiente natural, sem nenhum tipo de manipulação intencional: todos os dados são considerados importantes e apresentados de forma descritiva; o pesquisador tem sua atenção voltada mais ao processo do que ao resultado; o pesquisador preocupa-se com o significado que o participante dá às coisas e à sua própria vida e, a análise dos dados coletados parte de uma visão mais ampla para uma mais focada. A natureza da pesquisa proporcionará a mim, enquanto pesquisadora, interagir com os sujeitos pesquisados e por meio do diálogo, esclarecer dúvidas, num processo dialético de interação e reflexão.

A preocupação que se fará presente em todo o processo da pesquisa no que se refere ao estudo, das realizações de análises documentais de legislações: federal, estadual e municipal; do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar, além da produção científica sobre o assunto. E ainda observações de campo, com entrevistas e possíveis questionários, a partir de um roteiro pré-estabelecido com perguntas abertas, com a intenção de favorecer e permitir a coleta de dados referente à realidade vivenciada pelos sujeitos a serem pesquisados diante da vivência no que se refere ao desenvolvimento do processo de formação continuada.

A pesquisa será realizada mediante estudo de caso, mais precisamente em uma Escola Municipal do interior paulista pertencente a um bairro de periferia do município, sendo que serão escolhidos além da equipe gestora, 5 professores (sendo 4 da sala regular e 1 da sala de recursos) e 5 profissionais não docentes, além 5 discentes, 5 pais, a fim de verificarmos a compreensão dos mesmos quanto ao processo de inclusão via escola.

## Resultados e Discussão

Pesquisar sobre educação brasileira nos leva a refletir sobre as grandes transformações que se passaram nas escolas, com a democratização do ensino e a universalização da escola para todos, incluindo os excluídos das classes populares, alunos que apresentavam deficiências, e também aqueles que fracassavam por não se adequarem a escola. Entretanto nos registros da história brasileira se afirma que grande parte dos alunos das classes sociais mais baixas e alunos com grandes dificuldades ou com distúrbios diversos eram indicados para frequentar as salas especiais. O mesmo sistema escolar que demonstrou inclusão para todas as classes sociais colaborou para um cruel processo de exclusão social.

A grande mudança da Educação Inclusiva se materializou na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, de 1994, em

Salamanca, por ser a que de maneira mais decisiva e explicitamente contribuiu para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o mundo.

Nessa conferência participaram noventa e dois governos e vinte cinco organizações internacionais, que reconheceram a necessidade e urgência de que o ensino chegasse a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no âmbito da escola regular. Com este fim, os especialistas ali reunidos estabeleceram um plano de ação cujo princípio norteador mostrava que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais se proclama que os sistemas educativos devem desenvolver programas que respondam a vasta variedade de características e necessidades da diversidade do alunado, fazendo um esforço especial no caso das crianças marginalizadas e desfavorecidas. (SÁNCHEZ, 2005).

Para Philippe Perrenoud não há dúvida de que grande parte do problema encontra-se, sim, na instituição. Mais precisamente, na forma em que ela organiza sua atuação, oferecendo a todos os alunos o mesmo ensino, com a mesma metodologia, exercícios semelhantes e avaliações idênticas. “Tratamos as crianças como se elas fossem iguais, porém a diversidade de culturas, modos de vida e relações com o conhecimento é enorme.” (PERRENOUD, 2013). A tarefa de uma escola que não exclui ninguém é oferecer uma Pedagogia que ele batiza de diferenciada, que considere - e atenda - as necessidades de cada um, dedicando mais atenção e energia a quem precisa mais.

A exclusão escolar, portanto, corresponde a não educação, e, à medida que a escola exclui, ela nega a sua função, dificultando a construção de uma escola fundamentada na igualdade entre os indivíduos. As ações de reintegração, sendo a prática da inclusão uma delas, foram criadas a fim de se corrigir a ameaça da não educação. Um dia, quem sabe, chegaremos a ter uma escola onde não haverá mais a preocupação com a integração dos alunos, devido as suas diferenças, mas as crianças virão de diferentes culturas, religiões, línguas, sociedades, costumes, valores morais, situações, famílias, e nada disso será empecilho para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra, ou melhor, essas diferenças serão valorizadas e respeitadas, dando a possibilidade de qualquer pessoa viver com dignidade. (SEBASTIAN-HEREDERO; ROSSI, 2010).

Brandão (1996), afirma que somos ao mesmo tempo educadores e educandos, ou seja, educamos e somos educados em todo tempo. Afirma também que ensino e a aprendizagem não se configuram como privilégios específicos da escola. Ensinar e aprender pode acontecer de forma sistemática, mais também na perspectiva da educação

popular ou informal. Contudo, quando falamos de educação escolar, temos que considerar que a escola se constitui em um espaço de excelência para a produção do conhecimento, por se tratar de um espaço de educação formal. (GOHN, 2011). Será aqui onde deve acontecer para todos e todas independente das suas condições pessoais.

Partindo da ideia de que a educação consiste em um mecanismo de transformação de vidas, importante se faz pensar a escola como um espaço de criação, portanto, em uma perspectiva inclusiva. Espaço capaz de acolher pessoas singulares, perpassadas de significados e percepções diversas em função da história de vida. Neste estudo, a concepção de educação que embasará a discussão quanto a inclusão consiste na compreensão de Paro (2010, p 24.), para o qual, a educação “visa a formação do homem em sua integralidade... “.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, vai além do atendimento de alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender. Inclui também as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero. Ou seja, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos e a necessidade de preparar a escola, como já falou Sasaki (1997) e atualmente complementa e implementam muitos autores dentre eles Rodrigues (2006; 2016).

Sasaki (1997) diz que a escola integradora aceita uma pessoa com deficiência, só que essa pessoa tem que ser muito capaz, com condições de acompanhar a turma, de entender a professora, porque não temos professores especializados, nossa escola nunca teve portador de deficiência, nós vamos continuar dando aula do nosso jeito, o currículo é esse, as técnicas de ensino são essas, se essa pessoa tem capacidade de adaptação a tudo isso, ela pode entrar." Uma escola inclusiva parte do pressuposto que toda criança poderá estudar nela. A escola está disposta a se modificar para aceitar qualquer pessoa. Há uma outra maneira de ensinar, avaliar, designar atividades. É aquela que sente que é papel da escola se adaptar aos alunos. Diante de uma criança surda, contrata-se um intérprete de sinais, ao cego oferece-se material em braile; ao cadeirante, carteiras compatíveis; à pessoa que necessita de digitar o aprendizado, providencia-se um computador... Além disso, à criança com dificuldade de aprendizado, adapta-se a metodologia de ensino, para que possa alcançar todo o conteúdo. Sebastián-Heredero (2016) diz que é a escola a que tem que se adaptar a criança e não ao contrário.

Segundo Adam (2015), as organizações educacionais, assim como os demais tipos de organização, em geral, têm sido analisadas na perspectiva dos

fenômenos culturais. Nesta direção, menciona a autora, algumas concepções da dinâmica de criação e legitimação da cultura organizacional, assim como o papel da cultura nacional nesse contexto têm sido objeto de reflexão.

No que diz respeito à gestão, a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, datada de 1996, apresenta os princípios da gestão democrática do ensino. Em seu artigo 14, menciona que os sistemas de ensino definirão normas de gestão democrática do ensino público, mediante os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Os princípios mencionados no artigo 14 da LDB, apresentam inovações significativas no que tange à concepção da gestão do processo de ensino. Inicialmente, possibilita maior envolvimento dos atores sociais que desenvolvem o processo educacional mediante planejamento. Tal perspectiva se configura como uma inovação, uma vez que pressupõe a superação da separação entre o pensar e o agir, rompendo com o princípio taylorista que perpassou as concepções de política educacional no Brasil até então.

Para Rodrigues (2016) Educação Inclusiva deve ser entendida como uma reforma educacional que, para se realizar, necessita que os professores sejam formados em modelos de ensino e comunicação diferentes dos modelos tradicionais.

Certamente que é importante a ação e a participação dos responsáveis políticos, os líderes da comunidade, das famílias, dos próprios alunos, enfim, de todas as pessoas que estão ligadas à escola; mas o papel dos professores enquanto profissionais dotados de uma assinalável autonomia e possibilidade de opção é fundamental.

Sabemos, atualmente, quais são os contornos que esta reforma nos sistemas de formação pode e deve assumir: o desenvolvimento de uma “atitude investigativa” que faça da reflexão conjunta uma estratégia indispensável para a melhoria do ensino, que ofereça experiências reais de observação e prática supervisionada, que crie atitudes que contribuam para a sustentabilidade das reformas e a resiliência dos professores.

Outro elemento inovador diz respeito ao estabelecimento da participação da comunidade escolar e local, mediante organismos formais, tais como os conselhos de escola. Também o artigo 12 oferece uma inovação no que se refere à direção da gestão democrática, uma vez que possibilita maior autonomia para as escolas, de

forma a estabelecer que estas elaborem e executem sua proposta pedagógica. A escola, antes vista como uma organização racional e planejada vista apenas e tão somente como cumpridora de objetivos burocráticos, passa a ser considerada como uma organização social, cultural e humana, na qual podem ser tomadas importantes decisões educativas, curriculares e pedagógicas. Cada ator social presente no seu interior, que inclui comunidade familiar, professores, alunos, gestores, dentre outros, tem importância fundamental, pois todos fazem o cotidiano escolar acontecer.

Para romper as relações de poder autoritárias, rígidas e burocratizadas existentes durante anos na escola, o trabalho coletivo torna-se condição essencial para a construção e reconstrução do dia a dia escolar, tarefa que recai sob a responsabilidade do gestor da escola e que se traduzem em liderança para que as mudanças aconteçam.

O trabalho coletivo é o melhor meio de atualização e reflexão sobre a ação educativa de seus profissionais. Trabalhar coletivamente não significa, necessariamente, todos trabalharem junto o tempo todo. Dependendo dos objetivos comuns, é possível dividir responsabilidades e executar atividades com subgrupos ou mesmo individualmente, desde que se garanta a troca constante de informações e a continuidade do trabalho na direção dos objetivos estabelecidos de comum acordo. E para que haja essa participação, há que se ter consciência e responsabilidade, o que exigirá de todos, presença, reflexão e crítica constantes.

A consolidação do trabalho coletivo na escola resulta de um processo intencional e árduo na busca do rompimento das relações de poder autoritário para um processo mais democrático, onde se transforma em trabalho colaborativo. As linhas de qualquer Projeto Político Pedagógico devem refletir o desejo de um trabalho coletivo e colaborativo. O trabalho coletivo e colaborativo não é meta fácil e simples de atingir. A gestão democrática e participativa consiste no caminho para a escola que deseja ser democrática e inclusiva e desenvolva um processo pedagógico eficiente para a oferta da qualidade de ensino desejada por todos.

O gestor escolar, como um líder, é peça fundamental no processo de trabalho colaborativo, pois caberá a ele fazer agrupamentos de estudos, e definir caminhos de formação em serviço, promover o clima de fraternidade, de respeito, de diálogo e de responsabilidade entre os educadores e, este mesmo clima, deverá ser extensivo aos alunos. Estabelecer o permanente diálogo entre a direção e todos os segmentos da escola é fundamental, pois neles repousa a possibilidade de viabilizar uma

escola inclusiva com um ensino de qualidade. O gestor da escola é também um educador, portanto cabe a ele a ação de garantir a execução da função educativa que é a razão primordial da escola.

Na escola, o ato de educar deve atender às necessidades de qualquer um, e é trazendo para todos os profissionais da educação, por meio de discussões, problematizações, estudos, enfim, de formação continuada sobre as diferenças, as deficiências, o preconceito, a exclusão, a normalidade e a anormalidade, que se pode iniciar o processo de construção de um saber baseado em igualdade, fraternidade, dignidade e respeito a todos, de maneira igual, mesmo sendo todos tão diferentes. (SEBASTIAN-HEREDERO; ROSSI, 2010).

Sendo assim, cabe à gestão subsidiar educacionalmente alunos, professores e comunidade escolar como um todo, para que se dê e se permita a formação de alunos como sujeitos críticos e participativos em nossa sociedade, uma vez que a finalidade da escola consiste na busca por uma educação de qualidade e inclusiva, assegurando os objetivos que compõem o Projeto Político Pedagógico da mesma, desenvolvendo uma política que vise formar cidadãos preparados para a vida em suas muitas dimensões.

## Conclusões

Diante do exposto, podemos inferir que a inclusão, quando considerada como um elemento essencial para o processo formativo do ser humano pela comunidade escolar, terá espaço no planejamento educativo, sendo traduzido em prática pedagógica capaz de perpassar todos os conteúdos escolares.

Considerando que o presente trabalho encontra-se em andamento, outras conclusões mais consistentes estão sendo pesquisadas e poderão ser apresentadas em futuras oportunidades.

## Referências

ADAM, Joyce Mary. **Política Educacional e Cultura das Organizações no Brasil**. GT 05. ANPED, 2015.

BOGDAN, Robert; BLIKEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução: Maria João Álvares, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Coleção Ciências da Educação. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional-LDB**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 maio 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011 – (coleção questões da nossa época: v. 26).

**Entrevista com Romeu Kazumi Sasaki**. Disponível em:

<<http://www.ame-sp.org.br/noticias/entrevista/teentrevista16.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão Escolar. O que é? Por que? Como fazer?** Ed. São Paulo. Moderna. 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção questões da nossa época; v.4).

PERRENOUD, Philippe. Philippe Perrenoud: "Na escola, dar mais a quem tem menos" - Referência na Educação, suíço defende que gestores e professores mobilizem sua dedicação aos alunos com maior dificuldade. **Nova Escola**, São Paulo, edição 24, 01 mar. 2013. Entrevista concedida a Rodrigo Ratier. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/261/philippe-perrenoud-na-escola-dar-mais-a-quem-tem-menos>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Direitos humanos e inclusão**. Porto: Profedições, 2016.

Revista Gestão Escolar. Na escola, dar mais a quem tem menos: Entrevista com Philippe Perrenoud. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/philippe-perrenoud-escola-dar-mais-quem-tem-menos-739260.shtml?page=1>>. Acesso em: 15/08/17.

SANCHÉZ, Pilar Arnaiz. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **Revista Inclusão**, v. 1, n. 1, p. 07-18, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

SASSAKI Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEBASTIAN-HEREDERO, E. Reconstruyendo el currículo del siglo XXI. Escuela inclusiva o escuela para todos. In: BIZELLI, J.L.; SEBASTIAN-HEREDERO, E. e RIBEIRO, P.R.M. **Inclusão e aprendizagem**. São Paulo: Cultura Editora. (2016)

SEBASTIAN-HEREDERO, E.; ROSSI, R.C. [Caminhos da inclusão percorridos pelo Brasil](#). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 5, n. 1 (2010).

#### Bibliografia consultada

GADELHA, Crismere; BUSTAMANTE, Márcio; DIAS, Marília Costa (Org.). Cinco Anos do Memorial da Inclusão pelos Direitos das Pessoas com Deficiência. São Paulo: Memorial da Inclusão, 2016. CD-ROM.

ONU. **Declaração Mundial De Educação Para Todos e Plano De Ação Para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial de Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.